

**THOMAS
PAINÉ**

**O
BOM
SENSO**



THOMAS PAINE

O BOM SENSO

Tradução:
FÁBIO ALBERTI





*Os homens só reconhecem
como Senhor o seu Criador,
ou os que mediante escolha
e bem comum foram eleitos.*

THOMSON¹

Introdução

FILADÉLFIA, 14 DE FEVEREIRO DE 1776.

Os sentimentos contidos nas páginas a seguir talvez *ainda* não sejam conhecidos o suficiente para alcançar ampla aceitação. Um antigo hábito de não considerar *errada* determinada coisa a faz parecer *certa*, e suscita a princípio um enorme alarido em defesa do costume. Mas o tumulto logo perde força. O tempo opera mais conversões do que a razão.

Tendo em vista que o longo e violento abuso de poder leva, geralmente, ao questionamento do direito de exercer esse poder (e levanta questões que talvez jamais seriam consideradas se os prejudicados não tivessem sido envolvidos no problema), e tendo o rei da Inglaterra se comprometido *por direito próprio* a apoiar o Parlamento no que diz ser direito *deles*, e dado que as boas pessoas desse país são cruelmente oprimidas por esse pacto, elas têm o direito indubitável de questionar as pretensões de ambos, bem como de rejeitar a usurpação deles.

Nas páginas seguintes, o autor evitou cuidadosamente tudo o que é pessoal entre nós. Nelas, não há elogios nem censuras a indivíduos. Os sábios e os dignos não precisam do triunfo de um panfleto; e aqueles cujos sentimentos são insensatos ou hostis não se refrearão, a menos que grandes esforços sejam promovidos, em prol da sua conversão.

Em grande parte, a causa da América é a causa de toda a humanidade. Verificaram-se e ainda se verificarão muitas circunstâncias que não são locais, mas universais; essas circunstâncias afetam os princípios de todos os partidários da humanidade, cujas afeições são impactadas nesse processo. Quando se impõe a desolação a um país pela força das armas, ao declarar guerra contra os direitos naturais de toda a humanidade e varrendo da face da Terra os seus defensores, isso causa preocupação a todo homem ao qual a natureza concedeu o poder de sentir; e a essa classe de homens pertence o

AUTOR

P.S. A publicação desta nova edição foi adiada com o propósito de avaliar (se fosse preciso) uma possível tentativa de refutação da doutrina da independência; como não surgiu ainda qualquer resposta, supõe-se que nenhuma surgirá, pois já se esgotou o tempo necessário para que ela fosse apresentada ao público.

É totalmente irrelevante que o público saiba quem foi o autor da presente obra, pois seu objeto de estudo é a própria *doutrina*, e não o *homem*. Porém, talvez não seja de todo desnecessário informar que ele não tem ligação com nenhum partido, e não está sob a influência de nenhum tipo de autoridade pública ou privada, apenas da razão e dos princípios.

Da origem e do propósito do governo em geral, com observações concisas a respeito da Constituição inglesa

ALGUNS ESCRITORES CONFUNDIRAM SOCIEDADE E governo de tal forma que restou entre essas duas partes pouca ou nenhuma diferença. Contudo, elas não apenas são diferentes como também possuem origens diversas. A sociedade é produto das nossas necessidades, e o governo, da nossa maldade; a sociedade promove a nossa felicidade de modo *positivo*, unindo nossas afeições, e o governo faz isso de modo *negativo*, cerceando os nossos excessos. Uma encoraja a agregação, o outro cria distinções. Uma é padroeira, o outro é punidor.

Em qualquer forma a sociedade é uma bênção, mas o governo, mesmo em sua melhor forma, nada mais é do que um mal necessário; e na sua pior forma, é um mal intolerável. Quando sofreremos ou somos expostos *por causa de um governo* aos mesmos infortúnios que receariamos enfrentar num país *sem ele*, a nossa calamidade é intensificada pelo fato de que nós mesmos fornecemos as condições para o sofrimento nos atingir. O governo, como as vestimentas, simboliza a inocência perdida; os palácios dos reis são erguidos sobre as ruínas dos jardins do paraíso. Se os impulsos da consciência fossem

obedecidos clara, uniforme e irresistivelmente, o homem não precisaria de nenhum outro legislador; mas, como isso não acontece, ele julga necessário abrir mão de uma parte da sua propriedade para ter condições de proteger a restante. É induzido a essa decisão pela mesma prudência que o aconselha, em qualquer outra situação, a escolher o menor entre dois males. *Por consequência*, sendo a segurança o verdadeiro propósito e a finalidade do governo, conclui-se de modo inquestionável que qualquer governança que pareça capaz de garanti-la, com os menores custos e os maiores benefícios, será preferível a todas as outras.

Para que se tenha uma ideia justa e clara do propósito e da finalidade do governo, suponhamos que exista, instalado num lugar qualquer da Terra — um lugar isolado, sem nenhuma ligação com o mundo civilizado —, um pequeno grupo de pessoas que representará a primeira população de um país ou do mundo. Nessa situação de liberdade natural, a sociedade será a sua preocupação imediata. Mil motivos estimularão o grupo nesse sentido: a força de um homem é tão inadequada às suas necessidades, e a sua mente, tão despreparada para a solidão, que ele é rapidamente obrigado a buscar colaboração e auxílio de outra pessoa, a qual, por sua vez, solicita o mesmo. Quatro ou cinco homens juntos seriam capazes de construir uma habitação razoável no meio de um território inóspito, mas *um* homem sozinho poderia trabalhar uma vida inteira sem levar nada a cabo. Quando ele tivesse cortado um tronco de madeira, não poderia transportá-lo, e, se conseguisse fazê-lo, não seria capaz de levantá-lo depois. Enquanto isso, o chamado da fome o afastaria do trabalho, e outras necessidades desviariam seus esforços para diferentes direções. Uma doença ou até mesmo um acidente significaria o fim, pois mesmo que nenhum desses eventos fosse fatal, ainda o incapacitariam de viver e o condenariam a definhar até a morte.

Assim, como uma força gravitacional, a necessidade não demoraria a agrupar os nossos recém-chegados numa sociedade; preteridas pelas benesses recíprocas desse sistema, as obrigações da lei e do governo se tornariam desnecessárias enquanto eles se mantivessem perfeitamente justos entre si. Porém, como nada exceto o céu é impermeável ao vício, seria inevitável que, à medida que eles superassem as primeiras dificuldades da chegada, as quais os uniram em prol de uma causa comum, começariam a se descuidar dos deveres e do comprometimento uns com os outros; e essa negligência apontaria a necessidade de se estabelecer alguma forma de governo para suprir uma deficiência de virtude moral.

Uma árvore próxima lhes forneceria uma sede para as Assembleias e, sob os seus galhos, toda a colônia poderia se reunir para deliberar sobre questões de interesse público. É bem provável que as primeiras leis recebessem o título simples de REGULAMENTOS, cujo descumprimento seria punido com o desprezo público e nada além disso. Nesse primeiro parlamento, cada homem teria assento por direito natural.

Mas, à medida que a colônia crescesse, também cresceriam os problemas públicos — e a distância que provavelmente separaria os membros resultaria num grande inconveniente para todos se reunirem com frequência, como faziam no início quando estavam em pequeno número, as habitações eram próximas umas das outras e as preocupações públicas eram poucas e insignificantes. Isso indicaria a conveniência de se consentir que a parte legislativa fosse controlada por um grupo de indivíduos escolhido entre todos os membros; esses indivíduos teriam supostamente interesses iguais aos dos que os haviam selecionado, e agiriam da mesma forma que o grupo inteiro agiria se estivesse presente. Se a colônia continuasse crescendo, seria necessário aumentar o número de representantes; e para que os interesses de cada uma das partes da colônia

pudessem ser atendidos, o melhor a fazer seria dividir o todo em partes adequadas, de modo que cada parte enviaria o número de representantes que lhe fosse apropriado.

Além disso, para os *eleitos* nunca forjarem interesses em seu próprio benefício, distintos dos interesses dos *eleitores*, a prudência mostraria a vantagem de se realizar eleições com periodicidade, porque isso determinaria a possibilidade de os eleitos retornarem, dentro de alguns meses, ao corpo geral de eleitores e o integrarem novamente, o que asseguraria a fidelidade desses eleitos ao público, já que eles considerariam que não seria sensato causar problemas para si mesmos. E dado que esse intercâmbio crescente estabeleceria um interesse comum entre cada uma das partes da comunidade, elas se apoiariam umas às outras mútua e naturalmente, e disso (não do nome inócuo de rei) depende a *força do governo e a felicidade dos governados*.

Eis aqui a origem e a ascensão do governo: uma alternativa tornada necessária porque a virtude moral é incapaz de governar o mundo. Eis aqui também o propósito e a finalidade do governo: liberdade e segurança. E mesmo que nossos olhos sejam ofuscados pelo espetáculo, ou nossos ouvidos ludibriados pelo som, e por mais que o preconceito possa distorcer as nossas escolhas ou o interesse possa embotar a nossa compreensão, a simples voz da natureza e da razão nos dirá que essa é a verdade.

A minha ideia de forma de governo é inspirada num princípio natural que não pode ser colocado em dúvida por nenhuma artimanha: quanto mais simples uma coisa for, menos sujeita à desordem estará, e mais facilmente poderá ser reparada quando se desarranjar. Com essa máxima em mente, passo a tecer algumas observações a respeito da tão celebrada Constituição da Inglaterra. Sabemos que ela foi correta para os tempos sombrios e serviu em que foi elaborada. Quando o mundo era assolado pela tirania, tudo o que

se distanciasse minimamente disso representava uma libertação gloriosa. Porém, é fácil demonstrar que a Constituição é imperfeita, sujeita a convulsões e incapaz de produzir o que parece prometer.

Governos absolutos (ainda que sejam a desgraça da natureza humana) têm a vantagem de serem simples; se o povo sofre, esses governos sabem em que parte a dor se encontra, sabem qual remédio aplicar e não ficam desnorteados em meio a um sem-número de causas e curas. Mas a Constituição da Inglaterra é tão excessivamente complexa que a nação pode sofrer por anos a fio sem ser capaz de descobrir em qual parte se localiza o problema; alguns dirão que está em um ponto, outros que se localiza em um ponto distinto, e cada um dos doutores da política receitará um remédio diferente.

Sei que é difícil deixar para trás preconceitos específicos ou antigos, porém, se nos dispusermos a examinar as partes que compõem a Constituição inglesa, descobriremos que são as sobras desprezíveis de duas antigas tiranias mescladas com algum material republicano novo.

Primeira. Os restos da tirania monárquica representados pelo rei.

Segunda. Os restos da tirania aristocrática representados pelos nobres.

Terceira. Os materiais republicanos novos representados pelos membros da Câmara dos Comuns, de cuja virtude depende a liberdade da Inglaterra.

Por serem hereditárias, as duas primeiras são independentes do povo; logo, *do ponto de vista constitucional*, não contribuem em nada para a liberdade do Estado.

É ridículo dizer que a Constituição da Inglaterra é uma *união* de três poderes que se fiscalizam uns aos outros; tais palavras ou são desprovidas de significado ou são totalmente contraditórias.

Dizer que os membros da Câmara dos Comuns fiscalizam o rei pressupõe duas coisas:

Primeira. Que o rei precisa ser mantido sob vigilância para permanecer confiável, ou, em outras palavras, que a sede de poder absoluto é a doença natural da monarquia.

Segunda. Que os Comuns, por serem designados para essa tarefa, ou são mais sábios ou mais dignos de confiança que o monarca.

A Constituição confere aos Comuns o poder para controlar o rei ao negar-lhe recursos; por outro lado, confere mais tarde ao monarca o poder de controlar os Comuns ao rejeitar seus projetos de lei. Mais uma vez, a Constituição supõe que o rei é mais sábio do que aqueles que ela já havia considerado mais sábios do que ele. Um completo absurdo!

Há algo de extremamente ridículo na composição da monarquia. Ela recusa a um homem os meios de informação, mas lhe dá poder para agir em casos nos quais é necessária uma grande capacidade de julgamento. Um rei se mantém afastado do mundo devido à sua própria condição soberana, embora a atividade dele o obrigue a conhecer o mundo profundamente. Assim, as diferentes partes, opondo-se de modo antinatural e destruindo-se mutuamente, provam que o personagem é de todo absurdo e inútil.

Alguns escritores explicam a Constituição inglesa desta maneira: dizem que o rei é uma coisa e o povo é outra; os nobres estão na Casa para representar o rei e os Comuns, as pessoas. Mas isso possui todas as características de uma Casa dividida contra si mesma; e embora essa explicação tenha frases articuladas agradavelmente, quando examinadas com atenção, parecem fúteis e ambíguas. E isso sempre acontecerá, porque a mais bela estrutura que as palavras podem compor, quando aplicada à descrição de algo que não pode existir ou que é incompreensível demais para se encaixar no âmbito dessa descrição, será ruído e nada mais — apenas

palavras que, embora agradem aos ouvidos, não podem suprir a mente, visto que essa explicação pressupõe uma pergunta: *De onde vem o poder de um rei no qual o povo receia confiar, e que é sempre obrigado a vigiar?* Esse poder não pode ter sido concedido por uma sociedade sábia, e nenhum poder *que precise de vigilância* pode vir de Deus, ainda que se encontre na Constituição um mecanismo que supõe a existência desse poder.

Esse mecanismo, porém, não está à altura da tarefa; os meios não poderão alcançar ou não alcançarão o fim, e a questão toda é um suicídio. Pois assim como o peso maior arrasta o menor, como todas as rodas de uma máquina são postas em movimento por apenas uma, resta apenas saber qual poder na Constituição tem o maior peso, pois este governará. E embora as outras rodas — ou parte delas — possam dificultar ou, como se costuma dizer, controlar a velocidade do seu movimento, salvo se puderem parar a máquina, serão inúteis em seus esforços. No fim das contas, o primeiro poder a se mover prevalecerá, e com o tempo alcançará a velocidade desejada.

É desnecessário apontar que a Coroa é essa parte predominante na Constituição inglesa, e é óbvio que toda a importância da Coroa se deve meramente ao fato de ela ser a doadora de cargos e pensões. Disso se depreende que, embora tenhamos sido prudentes o suficiente para fechar a porta e trancá-la ante a monarquia absoluta, ao mesmo tempo, fomos tolos o bastante para deixar a chave em poder da Coroa.

A boa opinião dos ingleses por seu governo de reis, lordes e Comuns resulta mais do orgulho nacional do que da razão. As pessoas estão, sem dúvida, mais seguras na Inglaterra do que em alguns outros países, mas a *vontade* do rei é lei tanto na Grã-Bretanha como na França, com uma diferença: em vez de vir diretamente da boca do rei, chega às pessoas de forma mais implacável, numa lei

do Parlamento. O destino de Carlos I apenas tornou os reis mais astutos, não mais justos.

Portanto, deixando de lado todo o orgulho nacional e a boa opinião por estilos e padrões, a verdade pura e simples é que se a Coroa não é tão opressiva na Inglaterra como na Turquia, *isso se deve tão somente à Constituição do povo e não à do governo.*

A essa altura, torna-se extremamente necessário investigar os *erros constitucionais* da forma inglesa de governar, pois nunca alcançaremos uma condição que nos permita fazer justiça aos outros se continuarmos sob a influência de uma parcialidade dominante. Tampouco seremos capazes de fazê-la em prol de nós mesmos enquanto permanecermos presos a preconceitos intransigentes. Assim como um homem afeiçoado a uma prostituta não é apto para escolher ou avaliar uma esposa, também qualquer opinião favorável à Constituição corrompida de um governo compromete o nosso discernimento para escolher uma boa Constituição.

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



CAMPANHA



Há um grande número de portadores do vírus HIV e de hepatite que não se trata. Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

Faça o teste. Não fique na dúvida!



**ESTE LIVRO FOI IMPRESSO
EM JANEIRO DE 2022**